

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 11/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 36 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 26 de abril de 2012, realizou-se no Edifício da Junta de Freguesia da Sé a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente começou por explicar o modo de funcionamento das reuniões públicas de Câmara.-----

A Presidente passou de seguida à prestação de informações, com a nota que no dia 23 de abril foram efetuados os pagamentos da Bolsangra, por transferência bancária, conforme aprovado em reunião de Câmara.-----

A Presidente fez uma abordagem a uma série de esclarecimentos e documentos solicitados, passando a distribuí-los. Passou a enunciá-los, começando com a ocupação do campo de jogos da Ribeirinha, o protocolo de colaboração entre o município e a Casa do Povo da Ribeirinha e o Boavista, para a melhoria das infraestruturas. Indicou, seguidamente, os boletins mensais indicadores da qualidade da água fornecida para o consumo humano, dos meses de janeiro e fevereiro. Reportou-se de seguida à listagem dos valores pagos ao empreiteiro, relativamente à obra de construção da nova Escola da Ribeirinha, bem como aos valores pagos ao empreiteiro, no âmbito da empreitada de requalificação das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo. Apontou, posteriormente, o mapa com indicação do número de utilizadores do transporte inter-parques, por meses, relativo a 2009, 2010, 2011 e 2012. Deu ainda nota da entrega da caracterização de risco do Porto das Pipas e também do relatório sobre a infestação por térmitas do Teatro Angrense. Recordou a solicitação do Vereador Fernando Dias sobre os relatórios da fiscalização de contas, que disse que serão disponibilizados assim que possível.-----

A Presidente passou seguidamente às informações de agenda, com a indicação que no dia 14 de abril a própria participou no programa da RTP "Atlântida", na freguesia de São Bartolomeu, acrescentando que no mesmo dia, à noite, decorreu a entrega dos prémios do XXXI Rali Sical.-----

Informou que no dia 18 de abril houve, igualmente, uma participação num programa da RTP-Açores, desta feita no "Bom Dia", na delegação de Angra do Heroísmo.-----

A Presidente deu ainda nota que no dia 20 de abril teve lugar o I Seminário sobre Envelhecimento Ativo e que no dia 24, às catorze horas, teve lugar a reunião da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.-----

A Presidente deu ainda a indicação que no corrente dia, de manhã, decorreu a reunião da Comissão Municipal de Trânsito.-----

Indicou que no dia seguinte, 27 de abril, haverá uma audiência da secção de municípios com atividade taurina da Associação Nacional de Municípios com o Secretário de Estado da Cultura, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, dando conta que o Vereador José Élio Ventura estará presente em representação do concelho de Angra do Heroísmo.-----

A Presidente deu informação que no dia 30 de abril terá lugar a segunda sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, nos Paços do Concelho.-----

Em relação às atividades e destaques do mês de abril, a Presidente referiu a apresentação de uma peça de teatro na sede do Alpendre, no dia 27, às vinte e uma e trinta; no dia 28, "A Varanda", do grupo de teatro "A Sala", no Teatro Angrense; no dia 29, Dia Mundial da Dança, na Praça Velha; em maio decorrerá a XXII Maratona dos Bravos; no dia 4 "Rostos da Cidade", inauguração da exposição de desenho de Emanuel Félix; no dia 5 de maio "Memórias da Nossa Gente", com o Grupo de Teatro do Porto Judeu, no Teatro Angrense; no dia 6 de maio, as comemorações do Dia da Mãe, com atividades desportivas e passeio de barco aos Ilhéus, com saída da Marina. Atividades que disse serem promovidas pela Culturangra.-----

A Presidente recordou, de seguida, ter dito que viria à reunião a questão da multa das calçadas, dando conta que o processo ainda não está concluído passando a entregar aos Vereadores a respetiva informação da fiscalização, o documento que está na origem do que virá a apreciação na próxima reunião da Câmara Municipal .-----

A Presidente passou à discussão e votação das atas em atraso, começando pela número quatro de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PS e uma do CDS-PP. Passou depois à discussão e votação da ata número cinco de 2012, aprovada por maioria, com duas abstenções do PS. De seguida teve lugar a discussão e votação da ata número seis de 2012, aprovada por maioria com uma abstenção do PS. A Presidente colocou à discussão e votação a ata número sete de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PS. Por fim, foi a discussão e votação a ata número oito de 2012, que foi retirada para posterior revisão.-----

A Presidente fez referência à presença de uma turma da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade de alunos de uma aula de cidadania dos cursos Reativar, na reunião de Câmara.-----

O Vereador António Ventura saudou os presentes, anotando o agrado de se registar uma sala cheia, nomeadamente de alunos, dando conta de esperar que a reunião possa contribuir para a sua formação. Começou por assinalar três datas fundamentais: o 25 de abril, que disse representar um marco na vida dos portugueses e na construção dos valores do povo português, considerando que o novo desafio consiste em construir uma democracia mais participativa, designadamente ao nível da Câmara. Indicou de seguida o dia 1 de maio, uma data que disse comemorar-se em alguns países, o Dia do Trabalhador. Recordou que foi a partir de 1886 que os trabalhadores ganharam importância, em termos de estatuto e de reconhecimento. -----

Assinalou, finalmente, o dia 27 de abril, o Dia Europeu da Segurança Rodoviária, afirmando que a sinistralidade é uma realidade crescente em todo o mundo, não sendo os Açores uma exceção, bem como a Ilha Terceira e o concelho de Angra. Acrescentou que as estatísticas revelam que o número de mortes tem diminuído, mas o número de feridos tem aumentado. Manifestou que é uma data importante para quem faz política e elabora programas para a prevenção e combate à sinistralidade. Recordou a proposta de adesão à Carta Europeia da Segurança Rodoviária, que não aconteceu por ser extremamente dispendiosa. Indicou, ainda, que o concelho de Angra se destaca, dentro dos concelhos dos Açores, ao nível da sinistralidade, principalmente no que se refere aos feridos. Nesse sentido, sugeriu que avancem de futuro com um plano municipal de sinistralidade. Ressalvou ainda a importância da ação ao nível local.-----

A esse propósito, o Vereador António Ventura, reportou-se à circulação do trânsito em Angra, sublinhando o facto de a freguesia da Sé ter de lidar com este problema diariamente. Deu indicação do estudo em curso, da iniciativa da Câmara Municipal, sobre a circulação automóvel, tendo colocado a possibilidade que este possa demorar a ser concluído. Destacou que existem três situações cruciais na circulação do concelho que todos gostariam de ver resolvidas: o trânsito caótico no Alto das Covas, cujas alternativas considerou que devem ser estudadas pela Comissão Municipal de Trânsito, nomeadamente a entrada em Angra pela Rua da Miragaia; indicou de seguida a questão da entrada na Rua de São João, no sentido ascendente da Rua da Sé, sublinhando ainda a posição dos moradores nesse sentido, por exemplo a Vereadora Teresa Valadão; finalmente questionou se a Praça Velha deve ou não continuar a funcionar como rotunda. Concluiu que, sem prejuízo de existirem outros pontos, estes três supracitados prejudicam muito a circulação na cidade de Angra.-----

O Vereador António Ventura deu conta de ter sido informado sobre dificuldades de estacionamento na Rua de São João, por parte dos moradores, mesmo depois das dezoito horas, apesar de serem poucos, apontando para a existência cerca de dez moradores nesta rua.-----

O Vereador António Ventura indicou, de seguida, terem sido informados, bem como a Câmara Municipal, de um conjunto de situações na cidade de Angra onde há dificuldade de acessibilidade por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Recordou outra proposta do PSD que consiste na adesão às Cidades e Vilas com Mobilidade Para Todos, que não aconteceu igualmente por falta de verba. A Presidente deu conta que essa informação ainda não lhe chegou.-----

O Vereador António Ventura destacou que todos os anos os emigrantes manifestam descontentamento relativamente à ligação dos voos da SATA Internacional na altura das Sanjoaninas, que não possibilita que estes permaneçam no concelho do início ao fim das festas. Assim, os Vereadores do PSD propuseram que a Presidente entre em contacto com o Presidente da SATA, no sentido de apurar esta questão.-----

O Vereador António Ventura apontou, ainda, que tem vindo a ser alertado, por várias vezes, para o perigo de uma eventual derrocada na muralha do Castelo, principalmente na zona do Fanal, por via da erosão causada pelo mar. Salientou que a fortaleza

pertence ao Ministério da Defesa, mas que a Câmara Municipal devia fazer um alerta para esta situação.-----

O Vereador António Ventura indicou, seguidamente, que também foi alertado para o facto de a antiga escola dos centenários de São Carlos estar a funcionar como armazém do Arquivo Público. Apontou que lá estão registos e documentos importantes, datados de 1600 e 1700, não havendo qualquer tipo de vigilância. Realçou que se trata de património da Ilha e dos Açores. Desta forma, sustentou que a Câmara Municipal deve alertar a referida entidade para esta questão da vigilância, acrescentando que a RTP ainda não se mudou para o edifício no mesmo local que foi cedido pela Câmara. A Presidente deu indicação do contrário, que já foi transferido equipamento para o imóvel. O Vereador António Ventura ressaltou que a zona à noite fica desprotegida.-----

O Vereador António Ventura reportou-se ao ponto de situação do Parque Tecnológico que, disse, ter sido uma bandeira para a Ilha e para o concelho, recordando que este estava previsto para 2009. Nesse sentido, considerou que devia ser questionado o Governo Regional sobre qual o ponto da situação.-----

O Vereador António Ventura deu, ainda, conta de ter uma questão para o Presidente dos Serviços Municipalizados, sobre a situação do aprovisionamento de água do concelho, quer para as populações, quer para as atividades económicas, especialmente para a agro-pecuária, recordando a má experiência do passado.-----

A Presidente concordou, em relação ao Alto das Covas, com o Vereador António Ventura. Recordou que já houve uma intervenção mas que esta ficou incompleta, ressaltando a necessidade de que seja concluída para facilitar a circulação. No que diz respeito à Rua da Miragaia, a Presidente deu conta que esta situação foi discutida, no corrente dia, na reunião da Comissão de Trânsito, informando que a opinião é que se mantenha os dois sentidos, mas que o pavimento seja substituído por pedra totalmente nova, acrescentando ainda que se vai propor uma reorganização que permita algum estacionamento para que seja submetida à Direção Regional de Cultura para parecer e, seguidamente, avançar nesse sentido. Considerou, ainda, que a petição dos moradores tem toda a razão de ser, sublinhando o perigo que o atual estado da rua constitui. Sobre a questão de se poder virar na Rua de São João, a Presidente apontou que foi colocada

a hipótese de se poder virar à esquerda, no sentido ascendente para a Rua do Salinas, enquanto a Rua Carreira dos Cavalos estiver em obras, para que seja possível aceder ao parque da Sé mais facilmente. A Presidente recordou que esta questão de virar à esquerda para a Rua de São João no sentido ascendente da Rua da Sé, é antiga e que os estudos de trânsito são unânimes nesse aspeto, que inclusivamente consideram que não se devia virar à esquerda na Rua da Sé, em nenhuma rua, por uma questão de fluidez do trânsito.-----

O Vereador António Ventura indagou se seria possível fazer um período experimental, em relação à viragem à esquerda na Rua de São João, que permita avaliar esta possibilidade. A Presidente ressaltou que a Rua de São João é muito movimentada. A Vereadora Teresa Valadão acrescentou que os moradores são altamente penalizados.---

O Vereador Artur Lima, após saudação, questionou qual a constituição da Comissão de Trânsito. Apontou que há mais de um ano fez uma exposição sobre a questão dos semáforos da Canada Nova, que já motivaram variados acidentes, inclusive um quase mortal, dando conta que a resposta só chegou agora. Após a leitura da mesma, observou que vem assinada pelo Eng. Artur Leite Gonçalves, que nela é referido que não há concordância com a exposição e que será colocado um sinal de STOP. O autarca devolveu o ofício à Presidente e solicitou a fundamentação da Comissão de Trânsito. Destacou o facto de quem desce a Canada Nova não tem visibilidade quando volta à esquerda, sublinhando que os acidentes neste local são frequentes. Recordou ainda que havia um problema na temporização dos semáforos, inquirindo onde será colocado o referido sinal de STOP.-----

A Presidente indicou que a Comissão de Trânsito é um órgão consultivo, dando conta que da Câmara estão presentes a própria e mais três elementos da autarquia, da PSP, o Chefe Ribeiro e um outro agente da área do trânsito, o Eng. Almeida Nunes em representação da Direção Geral de Viação, a EVT, a APALIT, Sindicatos e a Câmara do Comércio. Quanto, à situação da Canada Nova, a Presidente reportou que foi levantada esta questão, de ser uma via de sentido único e proposta a solução de ser colocado o referido STOP, pondo a hipótese que a situação seja revista. A Presidente apontou ainda que o Eng. Artur assina os ofícios por delegação de competências, para simplificar o processo administrativo.-----

O Vereador António Gomes ressaltou o facto de os semáforos não funcionarem há muito tempo, dando conta que o número de acidentes diminuiu desde que estes deixaram de funcionar.-----

O Vereador Artur Lima reiterou a sua posição, solicitando novamente que a Comissão de Trânsito fundamente a não concordância com a exposição e as soluções sugeridas. A Presidente indicou que a solução proposta foi a instalação de um sinal de STOP. O Vereador Artur Lima questionou onde o mesmo será colocado. A Presidente respondeu que será colocado na Canada Nova, antes dos semáforos, por forma a evitar acidentes. O Vereador Artur Lima frisou que quem vira para a esquerda não tem visibilidade. A Presidente retorquiu que o STOP obriga à paragem antes da viragem. O Vereador António Gomes anotou que muitas vezes os automobilistas que vêm no caminho corrente param para deixar os carros que descem a Canada Nova passar, dando conta de ter conhecimento de causa, uma vez que lá passa todos os dias. O Vereador Artur Lima reiterou o perigo que essa saída constitui. O Vereador António Gomes concordou, dando conta que se for para continuar com os semáforos estes têm de estar bem regulados. O Vereador Artur Lima recordou que na altura em que só se subia a Canada Nova havia menos acidentes.-----

O Vereador Artur Lima indagou se a sugestão de substituir a calçada da Rua da Miragaia é da Comissão de Trânsito. A Presidente deu conta que esta foi colocada na reunião da Comissão de Trânsito, acrescentando que a própria falou nessa questão. O Vereador Artur Lima questionou se essa substituição não põe em risco a classificação de Cidade Património. A Presidente deu conta que, na sua opinião, a solução de substituir a calçada deve ser equacionada para essa rua e para a do Marquês. Indicou ainda que a pedra de calçada nova é muito irregular, com uma aderência diferente da polida e que, mantendo o basalto, era uma alternativa à asfaltagem, por forma a garantir a segurança. Ressaltou que a própria avançou com esta alternativa na Comissão de Trânsito, que será agora colocada à Direção Regional de Cultura para parecer. O Vereador Artur Lima indagou se esta última entidade já não manifestou que não se pode substituir a calçada de Angra. Acrescentou ainda que há uma informação que diz que a nova calçada colocada na Rua do Salinas e na Rua Carreira dos Cavalos, só pode ser de basalto, mesmo que talhada à mão, porque põe em causa a classificação da cidade. O Vereador António Ventura questionou se a Direção Regional de Cultura não se

manifestou sobre essa matéria. A Presidente indicou que esta se manifestou na altura da auscultação e que tinha ressaltado a importância de se recolocar a calçada, daí que as ruas tenham sido fotografadas. O Vereador Fernando Dias questionou então se foi usada a mesma pedra. A Presidente apontou que essa questão foi abordada na reunião com o empreiteiro. O Vereador Artur Lima deu nota que o que está no caderno de encargos é que tem de ser a mesma pedra, destacando que não é referido a questão relativa ao Património Mundial, considerando que o erro estará no caderno. A Presidente manifestou que a calçada usada é muito mais bonita que a nova. O Vereador Fernando Dias recordou que na supracitada reunião foi referido um parecer da Direção Regional da Cultura a aconselhar a reposição da calçada nesta intervenção, indagando se este era realmente nesse sentido e sublinhando os riscos no caso de tal não acontecer. A Presidente referiu que deve ser reutilizada a pedra, mas que devem ser melhoradas algumas situações. O Vereador Fernando Dias destacou que desta forma a distância entre as pedras será sempre grande, problema que disse derivar da qualidade das mesmas. A Presidente explicou que com a nova calçada se coloca a mesma questão, a menos que esta seja serrada. O Vereador António Ventura realçou o risco de ser necessária mais uma intervenção a curto prazo. A Presidente recordou as palavras do senhor Francisco (calceteiro), que deu conta que a pedra velha e nova exigem a mesma manutenção. O Vereador António Ventura referiu o consenso existente entre os calceteiros de que a atual calçada, nomeadamente da Rua do Salinas, não resiste à chuva forte normal de inverno. Ressaltou que se constata ao andar na rua que a pedra está solta. A Presidente concordou, explicando que a pedra foi novamente apertada, destacando a diferença entre a rua e o passeio, considerando que este segundo não está agradável à vista, inclusive com dois tons de calçada, mas apesar disso reúne a qualidade mínima, salientando que esta é de menor qualidade e lembrando as palavras do senhor Francisco que disse que começaram pela rua pior.-----

O Vereador Artur Lima anotou que a fiscalização, no relatório entregue pela Presidente, o único erro que encontrou foi o empreiteiro não ter cumprido o prazo, questionando como é que não viram o resto e destacando o custo de quarenta mil euros com a fiscalização. A Presidente deu conta que o relatório da fiscalização solicitado foi entregue ao Vereador Alonso Miguel. O Vereador Artur Lima indicou que o leu, mas que lhe faltam pormenores. O Vereador Fernando Dias supôs que o relatório foi feito apenas com base no caderno de encargos, que deve ter por base o parecer da Direção Regional de Cultura. A Presidente recordou que a questão da qualidade da calçada foi levantada

por todos, explicando que os espaços que agora aparecem entre as pedras da calçada vão desaparecer com o tempo e com o desgaste. Recordou que a Rua do Salinas tem vindo a ser corrigida e que vai continuar a sê-lo. O Vereador Artur Lima anotou que esta rua está a ficar abatida. O Vereador António Ventura acrescentou que variadas personalidades, ligadas à cultura, como o Dr. Jorge Forjaz ou o Dr. Maduro Dias, que viram outras intervenções às calçadas no passado, se manifestaram publicamente críticos em relação à intervenção nesta rua. Considerou que este facto aumenta as dúvidas. A Presidente concluiu que estarão atentos.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se a Presidente poderá fazer chegar à Vereação o parecer da Direção Regional da Cultura sobre a reposição da calçada. O Vereador Artur Lima acrescentou que seja igualmente esclarecida a questão desta intervenção no que concerne à classificação como Património Mundial. A Presidente assentiu.-----

Em relação à questão do Vereador António Ventura sobre a dificuldade em estacionar na Rua de São João, mesmo depois das dezoito horas, a Presidente considerou que a situação está relacionada com as obras. O Vereador António Ventura anotou que a questão é anterior à intervenção das calçadas, tendo-se agravado com esta.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão do problema manifestado em relação à circulação de pessoas com mobilidade reduzida, dando conta de concordar que este é um problema, apontando que nesse sentido foram alteadas as passadeiras. O Vereador Artur Lima destacou que a lei referente à mobilidade existe desde 1997 e que a exposição tem a sinalização dos locais problemáticos. A Presidente concluiu que a situação será verificada. O Vereador Artur Lima admitiu que estas situações se verifiquem em questões antigas, mas não em obras recentes, dando exemplos concretos. O Vereador António Ventura acrescentou ainda os problemas de mobilidade dos idosos. A Presidente concluiu que será feita uma análise caso-a-caso.-----

Relativamente à sincronização dos voos na altura das Sanjoaninas, a Presidente deu conta que a situação será reportada à SATA. Indicou que vai reportar igualmente a situação do perigo da derrocada da muralha do Castelo, bem como a questão do armazém do Arquivo na Escola de São Carlos à Direção Regional da Cultura. Deu ainda conta que será averiguado o ponto de situação do Parque Tecnológico e do

abastecimento de água, anotando que o Vereador José Élio Ventura prestou estes esclarecimentos na última reunião.-----

O Vereador António Ventura recordou uma situação pendente, relativa ao perigo da circulação dos alunos entre a Escola Tomás de Borba e o centro da freguesia de São Carlos, relembrando a propósito que tinha-se equacionado a hipótese de colocar semáforos no Caminho do Meio de São Carlos. A Presidente deu conta que irá averiguar a situação, junto da respetiva Secretaria Regional. O Vereador António Gomes recordou que concluíram na altura que a colocação de semáforos não seria viável, porque obrigaria à colocação de semáforos nas garagens que existem na zona. O Vereador António Ventura fez ainda referência à solução que foi equacionada de escoar o trânsito pela Canada do Célis e dos Cinco Reis, permitindo apenas a passagem de transportes coletivos no Caminho do Meio. A Presidente reiterou que vão solicitar a informação.-----

O Vereador António Ventura referiu-se, seguidamente, a questão da passadeira pouco visível no início da Canada dos Folhadais. O Vereador António Gomes deu conta que foi colocado o sinal de passadeira.-----

Na sequência de um alerta feito pelo Vereador Artur Lima em anterior reunião, a Presidente chamou a atenção para o facto de ter havido uma alteração à lei do setor empresarial local, aprovada em Assembleia da República, mas que ainda não está promulgada. Nesse sentido, questionou os Vereadores se permanece a decisão de adiar a situação da Culturangra por mais um mês, até que a lei entre em vigor. Os Vereadores concordaram. A Presidente acrescentou que a nova lei acarreta alterações significativas. O Vereador Artur Lima recordou ter alertado para esse facto. A Presidente concordou, dando conta que na altura não dispunha de toda a informação.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se a uma questão, por diversas vezes referida em reunião de Câmara, relativa à autorização da pesca no Monte Brasil. A Presidente informou que chegou informação, através de ofício, que indica que a situação se manterá, uma vez que, dado o cenário atual, não estão reunidas as condições necessárias para permitir a pesca naquele local. A Presidente deu ainda nota de ter pedido que a informação fosse remetida à Vereação.-----

A Presidente solicitou a inserção de um ponto fora da agenda, pondo-a à votação. Os Vereadores aprovaram a inserção por unanimidade.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito/isenção de taxas

Ent. 2039 – Pedido efetuado pelo **TAC – Terceira Automóvel Clube**, com vista à suspensão de trânsito na Praça Velha, em frente à Câmara Municipal, freguesia da Sé, nos dias 13 e 14 de abril de 2012, destinada à colocação do pódio, por ocasião do XXXI Rali Sical, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

O Vereador Hugo Rosa ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedido, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.-----

Ent. 2175 – Pedido efetuado pela **Associação de Estudante da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Sé, freguesia da Sé, no dia 25 de abril de 2012, destinada ao desfile académico, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Ent. 2086 – Pedido efetuado pela **Culturangra, EEM**, com vista ao condicionamento de trânsito desde a Estalagem da Serreta até ao Campo de Futebol de São Mateus, no dia

1 de maio de 2012, com início pelas 9:00 horas, destinado à XXII Meia Maratona dos Bravos, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

Solicita ainda a isenção da taxa devida pela emissão da licença de condicionamento de trânsito, para decisão do órgão executivo, em conformidade com n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

Mais solicita a cedência de rádios intercomunicadores e respetivas diligencias tendo em conta o seu funcionamento, de dois pontos de refrescamento, de uma carrinha de carga com condutor bem como solicita que a Câmara assuma o encargo com a publicitação do aviso, para autorização do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou apenas o seguinte:-----

- Autorizar o condicionamento de trânsito, nos termos solicitados;-----**
- Isentar a taxa devida na sua totalidade;-----**
- Ceder os rádios, a carrinha com o condutor, bem como os pontos de refrescamento;-----**

A Presidente acrescentou que se trata da realização da XXII Meia Maratona dos Bravos, a XII Caminhada dos Bravos e a II Milha Urbana, concluindo que se trata de várias provas em simultâneo. Indicou que os valores em causa são: treze euros e sessenta pela licença e onze euros e sessenta para a publicitação do aviso.-----

O Vereador Artur Lima questionou se a Culturangra não tem verba para pagar o aviso. A Presidente deu conta de concordar com o Vereador Artur Lima, referindo que inicialmente o pedido não tinha sido colocado nestes moldes, mas sim posteriormente, após o esclarecimento do Técnico, sugerindo que a Câmara Municipal aprovasse o restante.-----

O Vereador Artur Lima indagou onde fica a Estalagem da Serreta, dando conta de apenas conhecer a ruína. Deu de seguida conta que trará uma proposta à Câmara sobre a estalagem que disse ter um valor simbólico extraordinário. Considerou que o atual

estado da estalagem é uma vergonha, ressaltando que daqui a dias nem para jogar Paintball vai servir devido ao risco eminente de ruína. Acrescentou que a Câmara Municipal deve zelar pelo património do concelho. Disse ainda ser um escândalo o que o Governo Regional fez à Estalagem da Serreta que não teve dinheiro para a reconstruir, mas teve para as Ferraria, as termas em São Miguel, que frisou estarem fechadas. Concluiu que este é um assunto sobre o qual a Câmara deve ter alguma atenção. A Presidente concordou.-----

Ent. 2137 – Pedido de isenção de taxa, efetuado pela **União de Sindicatos de Angra do Heroísmo**, referente à ocupação da Praça Velha, no âmbito da exposição de maios, no dia 1 de maio de 2012, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar a devida taxa na sua totalidade.**-----

A Presidente deu conta que se fosse a ocupação dos cento e cinquenta metros seriam cerca de cento e trinta e cinco euros.-----

O Vereador António Ventura indagou se no ano passado não aprovaram a isenção de apenas cinquenta por cento.-----

Prova Todo-o-Terreno – RONDA DOS PALHEIROS

Ent. 1912 – Pedido de licenciamento para a realização do Passeio Todo-o-Terreno “RONDA DOS PALHEIROS”, efetuado pelo **TAC - Terceira Automóvel Clube**, o qual terá lugar nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2012, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

O Vereador Hugo Rosa ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedido, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Atribuição de apoios – bailinhos e danças de Carnaval

Ent. 1279 - Proposta da presidente da câmara, datada de 12 do corrente no sentido de ser atribuído um apoio no valor de € 276,89 (duzentos e setenta e seis euros e oitenta e nove cêntimo) a cada um dos grupos de teatro popular que no Carnaval 2012 atuaram no Teatro Angrense, que nesta primeira fase, são num total de 20, que constam da listagem em anexo e que neste momento reúnem os requisitos para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 3.º do artigo 6.º do Regulamento de Incentivos a Atividades de Interesse Municipal. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir a cada um dos 20 grupos em causa um apoio de €276,89.**-----

O Vereador António Gomes ressaltou que ainda não se trata da totalidade dos grupos. O Vereador Artur Lima perguntou porque tal não acontece. A Presidente explicou que alguns grupos ainda não apresentaram os respetivos documentos. O Vereador Artur Lima sugeriu que fosse estipulado um prazo. A Presidente concordou.-----

Minuta de protocolo a celebrar com a Associação “Os Montanheiros”

Ent. 2042 - Minuta de protocolo entre o Município de Angra do Heroísmo e a Associação Os Montanheiros com vista à comparticipação de despesas correntes desta entidade para o corrente ano para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta minuta de protocolo, cujo apoio por parte da Edilidade é no valor de €5000,00.**-----

A Presidente deu conta que no passado ano não houve apoio e no ano anterior tinham sido atribuídos cinco mil euros. O Vereador António Gomes acrescentou ainda que o valor é anual para todas as atividades, sendo para 2012 proposto o montante de cinco mil euros. A Presidente destacou que este valor chegou a ser superior, inclusive o dobro. O Vereador António Gomes ressaltou as atividades desenvolvidas pela associação com apoio da Culturangra, que a Presidente disse dar o apoio técnico e logístico necessário.-

O Vereador Artur Lima indagou se há incompatibilidade por um funcionário da Câmara Municipal ser Presidente de uma associação apoiada pela mesma Câmara. A Presidente deu conta de julgar que não, anotando que poderia averiguar a situação. O Vereador António Gomes ressaltou que esta não é a área do funcionário que desempenha outro tipo de funções.-----

Pedido de Apoio

Ent. 2115 – Comunicação da Associação de Estudantes do Campus de Angra do Heroísmo, da Universidade dos Açores, solicitando um apoio consubstanciado na atribuição de passagens aéreas tendo em vista a deslocação dos artistas que irão atuar no âmbito da Semana Académica, para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio financeiro no valor de € 767,72, correspondente a duas passagens aéreas Lisboa-Terceira-Lisboa.**-----

A Presidente deu conta que o pedido solicita o apoio de vinte passagens, mas que a proposta é no sentido de serem concedidas duas passagens no valor de setecentos e sessenta e sete euros, setenta e dois cêntimos. O Vereador António Gomes indicou ainda que o pedido refere que será necessária a deslocação dessas vinte pessoas, mas solicita o apoio, na medida do possível, por parte da Câmara Municipal.-----

Pedidos de Apoio – para ratificação

Ent. 1518 – Carta datada de 12 de março findo, da Equipa da Saúde Escolar da Escola Básica Integrada Francisco Ferreira Drummond, solicitando apoio na aquisição de alguns frutos e legumes, no âmbito da realização de uma atividade denominada Feira da Saúde, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

A Presidente deu conta que foram disponibilizadas quatrocentas e cinquenta peças de fruta, no valor de oitenta e seis euros e dezasseis cêntimos, já com IVA, ressaltando ser um apoio em espécie.-----

O Vereador Artur Lima considerou inadmissível que a escola não tenha condições para comprar fruta para uma feira de saúde dos seus alunos. Argumentou que o pedido devia ter sido dirigido à Secretária da Educação e Formação, que disse ter o dinheiro para isso, acrescentando ainda ser a responsável por esta escola. Ressaltou que sua questão não se prende com o apoio em causa ou com o dinheiro, mas sim com o atrevimento do pedido, ressaltando a propósito o decreto legislativo a respeito desta matéria. Concluiu que é uma questão de princípio, realçando que não é a primeira vez que tal acontece. Apontou ainda que devia ser solicitado à Secretaria Regional da Educação e Formação o referido decreto legislativo regional, por forma a apurar o que está previsto ao nível da Educação para a Saúde.-----

O Vereador António Gomes apontou que podem fazer o raciocínio de duas formas, a primeira é se as escolas devem ou não fazer estas iniciativas, solicitando para tal o apoio da comunidade envolvente, nomeadamente à Câmara Municipal. Por outro lado, apontou que podem olhar para este pedido como uma iniciativa no âmbito da equipa da Educação de Saúde Escolar. O Vereador Artur Lima deu conta que, antes das escolas fazerem este tipo de iniciativas, o próprio já as fazia nas escolas, desde meados de 1995. Reiterou que quando há um decreto legislativo regional que regulamenta a saúde escolar tem de ser a Secretaria Regional da Educação e Formação a assumir esta responsabilidade, independentemente da colaboração de outras entidades, concluindo que a sua crítica vai neste sentido. Anotou que esta questão é um disfarce para integrar a educação sexual nas escolas, onde está integrada igualmente a nutrição. Disse tratar-se de uma questão de princípio.-----

Ent. 2012 – Carta datada de 6 do corrente, da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, solicitando apoio no transporte, durante o dia 24 do mês em curso, de cerca de 22 alunos do 12.º ano daquela escola, até à central termoelétrica do Belo Jardim, ao Parque Eólico da Serra do Cume e ao LAMTec, no Concelho da Praia da Vitória, ou, caso não seja possível, um contributo financeiro para alugarem transporte, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada

e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

A Presidente deu conta que a iniciativa foi desenvolvida no âmbito da disciplina de físico-química, numa ação relativa às energias renováveis. Indicou ainda que o valor em causa é de duzentos e noventa e sete euros e quarenta e quatro cêntimos, com IVA.-----

Pagamento de apoio à Turismoda

Ent. 1367 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal tendo em vista a revogação da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2008, a qual teve por objeto o apoio de € 300,00 (trezentos euros) à Turismoda, para organização da 16.ª edição do concurso Miss Terceira 2008, para deliberação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, revogou a deliberação em causa, nos termos desta proposta.**-----

A Presidente explicou que no âmbito do apoio concedido, a Câmara Municipal tentou contactar o organizador do evento para que remetesse os documentos necessários ao recebimento do apoio. Informou que os documentos nunca chegaram e, por isso, foi contactada outra pessoa envolvida, que também não deu resposta à solicitação. Decorridos quatro anos, e porque entendia que tinha de haver um prazo para estas situações, era proposta a revogação da deliberação.-----

O Vereador Artur Lima concordou, recordando ter referido anteriormente na reunião a importância de serem definidos prazos.-----

Remodelação do projeto de execução para a construção da nova escola do ensino básico de Santa Barbara – Pedido de Parecer Prévio

Ent. 461 – Proposta de emissão de parecer favorável por parte do órgão executivo, com vista à prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia, nos termos do artigo 26.º, n.º 4, alínea b) e n.º 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro, pela Empresa

Inplenitus – Arquitetura e Soluções Lda, tendo em vista a reformulação do projeto de execução para a construção da nova escola do ensino básico de Santa Barbara. – **A Câmara Municipal retirou este assunto, a fim de ser solicitada ao Governo Regional uma minuta de contrato, a assinar entre as partes, tendo em vista a garantia da execução da obra, devendo o assunto ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

A Presidente esclareceu que em relação a este ponto e os dois seguintes, existe um projeto para a Escola de Santa Bárbara, que já tinha sido adjudicado, recordando que ficou prevista uma verba para a revisão desse projeto, atendendo a que se excluiu o segundo ciclo. Indicou que havia uma proposta que foi retirada para ser reformulada, no sentido que fosse entregue a empresas locais, dando nota que essa posição reúne o consenso. Explicou que se trata da revisão do projeto que já havia sido elaborado, por forma a retirar a componente do segundo ciclo, dando conta de ser por isso que o valor é tão baixo.-----

O Vereador Artur Lima anotou que o projeto já havia sido pago. A Presidente constatou que há uma reformulação do mesmo.-----

O Vereador António Ventura questionou qual o custou do primeiro projeto. A Presidente respondeu ter sido cerca de quarenta mil euros. O Vereador Artur Lima indagou sobre o valor da reformulação no montante de vinte e cinco mil euros. A Presidente indicou ser cerca de vinte mil euros mais IVA.-----

A Presidente continuou a explicar que a revisão do projeto inclui duas frações.-----
Indicou que a revisão do projeto será sempre neste montante, independentemente de contemplar o pavilhão. Indicou ainda que a Secretaria Regional da Educação e Formação tem disponibilidade para construir o pavilhão, anotando que tal está contemplado no orçamento do Governo Regional, destacando o pedido dessa entidade, na entrada 800, nesse sentido, ressaltando que para tal será feita uma candidatura a fundos comunitários.-----

O Vereador Artur Lima inquiriu quem é que vai construir a escola. A Presidente respondeu que será a Câmara Municipal e o pavilhão será construído pelo Governo Regional. O Vereador Artur Lima questionou onde está esse compromisso por parte do

Governo Regional. A Presidente anotou que está num ofício. O Vereador Artur Lima deu conta que não há nada que refira o facto de assumir essa construção. Nesse sentido, recordou que a Escola de Santa Bárbara tem historial e que o Governo Regional já assumiu anteriormente um compromisso, que posteriormente acabou por ser definido como troca de correspondência. Concluiu que agora se assiste novamente à mesma situação. Indagou se não houve indemnização ao empreiteiro. A Presidente indicou que não, recordando que tal assunto veio a deliberação e que o empreiteiro abdicou da indemnização solicitando apenas a libertação da caução. O Vereador Artur Lima ressaltou que esta empresa Inplenitus é a mesma que trocou a canalização de gás da Escola da Ribeirinha, concluindo que esta cometeu uma série de erros que estão a ser corrigidos nesta última escola. Concluiu não ter confiança nesta empresa, nem no preço solicitado para a revisão do projeto. A Presidente deu conta que o valor da construção da Escola de Santa Bárbara será de cerca de um milhão de euros, por se tratar apenas de um estabelecimento de pré-escola e primeiro ciclo e por não ser a Câmara Municipal a assumir o custo do pavilhão. O Vereador Artur Lima questionou a razão de ser a Secretaria Regional da Educação e Formação a assumir os custos da construção do pavilhão. A Presidente retorquiu que tem a ver com compromissos anteriores, dando conta da obra constar do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e do Governo Regional.-----

Os Vereadores da oposição manifestaram-se contra. O Vereador Artur Lima ressaltou a dualidade de critérios, destacando que o pavilhão do Posto Santo é construído pela Câmara, enquanto que o da Escola de Santa Bárbara é da responsabilidade do Governo Regional. A Presidente reiterou a questão do compromisso assumido pelo Governo Regional, daí estar consagrada a construção no Plano e Orçamento deste para 2012. O Vereador Artur Lima apontou que esse facto não significa obrigatoriamente que seja cumprido, ressaltando a importância de serem assinados compromissos. A Presidente sugeriu que se avalie a situação. O Vereador Artur Lima propôs que estes pontos fossem retirados da agenda para que sejam recolhidas mais informações. Salientou, ainda, a avaliação feita nos documentos do terreno de mil e seiscentos metros quadrados no valor de cem mil euros.-----

A Presidente deu conta de perceber a dúvida que possa eventualmente existir em relação ao compromisso, por esta situação não ser nova. Considerou que poderiam

conceder a cedência do terreno, mas que esta deve ficar condicionada a um acordo entre as partes, em que seja concretizado o compromisso através da assinatura de um compromisso, que assegure a construção do referido pavilhão. Realçou de seguida que o ofício da Secretaria Regional da Educação e Formação que solicita a cedência de uma fração do terreno para a construção do pavilhão desportivo da escola, concluindo que o compromisso já existe.-----

O Vereador António Ventura recordou que o primeiro projeto que foi elaborado para a escola resultou de um compromisso entre a autarquia e o Governo Regional que falhou. Manifestou que não há confiança para ceder seja o que for, nestas circunstâncias. Para que se concretize o processo, frisou a importância de um contrato entre as partes, que dê outras garantias, acrescentando que não pretende pôr em causa o empreendimento.-

O Vereador Artur Lima recordou que, no passado, a Secretária Regional da Educação e Formação disse que não havia compromisso nenhum do Governo Regional, mas apenas troca de correspondência com a Câmara Municipal, que era a suposta garantia para a construção da Escola de Santa Bárbara. Considerou que a atual situação é igual.-----

O Vereador António Ventura sugeriu que a Secretaria Regional da Educação e Formação envie uma proposta de contrato entre as partes, para ser analisado. O Vereador Artur Lima concordou.-----

O Vereador António Gomes ressaltou que o facto de ao não aprovarem este ponto fica em causa a revisão do projeto, a parte da construção da escola, que compete à Câmara independentemente da questão do pavilhão desportivo, concluindo que tal vai atrasar ainda mais o processo. O Vereador António Ventura anotou que esta questão é uma salvaguarda de atrasos em relação a todo o processo. O Vereador António Gomes deu conta de confiar neste processo, ressaltando que a construção do pavilhão consta do Plano e Orçamento para 2012 do Governo Regional, aprovado em Assembleia Legislativa. Os Vereadores da oposição consideraram que tal não é sinónimo de execução do mesmo. O Vereador Artur Lima acrescentou ainda que se havia pressa de concluir o processo este deveria ter sido imediatamente colocado em prática no início do ano, altura da aprovação do orçamento. Indicou, ainda, que há obras no plano que estão previstas para a Ilha Terceira há dez anos. Concluiu que considera que esta é uma manobra eleitoral e que têm de ser asseguradas garantias.-----

A Presidente ressaltou que, de qualquer forma, poderá avançar-se com a parte que é da responsabilidade da Câmara Municipal. O Vereador Artur Lima questionou se a Câmara tem orçamento para avançar com a obra este ano. A Presidente indicou os vinte e cinco mil euros previstos no orçamento, anotando que a revisão do projeto leva tempo. O Vereador Artur Lima recordou as desconfianças em relação à empresa Inplenitus referidas anteriormente. O Vereador António Gomes destacou que a alternativa, se não for a Inplenitus a fazer a revisão é fazer um projeto novo. O Vereador António Ventura recordou a questão do contrato entre as partes, antes destes três pontos serem submetidos a votação. Nesse sentido, a Presidente indicou que vai ser pedido à Secretaria Regional da Educação e Formação que envie a minuta do contrato para ser assinada para reforçar a existência do compromisso.-----

Na sequência da questão relativa à confiança, assinalada entre o Vereador António Gomes, o Vereador Artur Lima recordou novamente a história do primeiro projeto, a troca de correspondência pela então Presidente e a ex-Secretária Regional da Educação e Formação, que anotou ter sido conhecida apenas na altura em que foram retiradas as competências à anterior Presidente da Câmara. Concluindo que era claro o compromisso, que depois foi considerado como troca de correspondência pela atual Secretária da Educação.-----

A Presidente concluiu que se pretende que o compromisso seja remetido pela Secretaria Regional da Educação e Formação, através de uma minuta, para que seja posteriormente assinado o acordo entre as partes.-----

Cedência de Fração de Terreno **em Santa Barbara**

Ent. 800 – Pedido da Secretaria Regional da Educação e Ciência no sentido de ser cedida gratuitamente à Região Autónoma dos Açores a fração (A) onde será implantado um pavilhão desportivo, melhor identificada em planta para deliberação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, nº1, alínea f) e n.º 4, a) e b), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal retirou este assunto, a fim de ser solicitada ao Governo**

Regional uma minuta de contrato, a assinar entre as partes, tendo em vista a garantia da execução da obra, devendo o assunto ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.-----

Cedência de Projeto
- Pavilhão Desportivo da Escola de Santa Barbara

Ent. 541 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 20 do corrente, no sentido de ser cedido, a título gratuito, à Região Autónoma dos Açores o projeto relativo ao Pavilhão Desportivo da Escola de Santa Bárbara. – **A Câmara Municipal retirou este assunto, a fim de ser solicitada ao Governo Regional uma minuta de contrato, a assinar entre as partes, tendo em vista a garantia da execução da obra, devendo o assunto ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.-----**

Relatório final da empreitada
do arruamento da Escola da Ribeirinha

Ent. 1156 – Novamente presente o relatório final e Anexo I – Reanálise das propostas dos concorrentes, referentes à empreitada do arruamento da escola da Ribeirinha, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do n.º3, art.148º, do Decreto Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º278/2009, de 2 de Outubro. Acompanha o mesmo todos os elementos que compõem o processo, nos termos do estipulado no n.º 3 do artigo 148.º do CCP. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou este relatório final.-----**

A Presidente indicou que esta entrada refere-se apenas a documentos em falta no processo.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de ser eternamente contra esta questão, apontando que o arruamento tem a ver com a escolha e a compra daquele terreno, que levará a uma despesa de trezentos mil euros para construir uma via de acesso. Ressalvou que foi adquirido um terreno sem acesso à via pública, que era terreno agrícola, assinalando

que existiam muitas alternativas. Ressalvou ainda a questão da garagem, que existia no caminho, que custará mais setenta mil euros.-----

A Presidente referiu que já havia um pedido de construção desse arruamento, por forma a ligar as duas ruas. O Vereador Artur Lima inquiriu onde está esse pedido, afirmando não haver nenhum documento na Câmara Municipal nesse sentido. A Presidente anotou não saber se houve pedido formal, mas que, de qualquer forma, pretende-se dar resposta a esta situação.-----

O Vereador António Gomes recordou que o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha tinha-se referido a esta questão do arruamento e à importância deste para a expansão da freguesia. O Vereador Artur Lima recordou as palavras do Presidente da Junta como, em vinte anos, nunca houve projeto para uma escola naquele local. Indicou ainda que o arruamento poderá vir agora a servir a freguesia, anotando conhecer bem a zona e as alternativas que existem.-----

Fiscalização da empreitada das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo – Fase I **– Plano de trabalhos modificado**

Ent. 2022 – Proposta constante da informação n.º 2 da Fiscalização da empreitada, validada pelo chefe de divisão de investimentos municipais, propondo, ao abrigo do artigo 404.º do CCP, a aprovação do plano de trabalhos modificado, que não implica incremento ao prazo da empreitada. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.**-----

O Vereador Artur Lima defendeu que o cronograma da empreitada deve ser alterado e que a obra deveria ser feita com mais tempo e serenidade, tendo em conta as atuais circunstâncias. Apontou, ainda, que a única alternativa foi ter sido retirada a intervenção da Rua da Sé, mantendo-se a intervenção em várias ruas ao mesmo tempo, o que tem causado as consequências que disse serem bem conhecidas de todos.-----

A Presidente assinalou que a opção tomada foi a de intervenção em duas ruas de cada vez, o que disse implicar que a obra se faça em dois anos. Apontou que a sugestão do Vereador Artur Lima, que já tinha sido manifestada anteriormente, era que se reduzisse para uma de cada vez, para não prejudicar os comerciantes. O Vereador Artur Lima destacou que dependendo da localização, se forem ruas mais interiores, até poderão ser intervencionadas duas ruas de cada vez, sustentando que nas maiores e mais movimentadas a intervenção deveria ser feita metade de cada vez. A Presidente anotou que é isso que estava previsto, mas que houve atrasos. Em relação aos comerciantes, e depois do Vereador Artur Lima ter-se reportado à Rua da Rocha, a Presidente constatou que a intervenção terá sempre consequências em todas as ruas, dando conta que ainda não há atraso na obra da Rua da Rocha.-----

O Vereador António Ventura questionou se o empreiteiro alguma vez manifestou à Câmara ter dificuldade para concluir esta obra ou problemas relacionados com a própria firma, nomeadamente insolvência. A Presidente deu conta de não ter conhecimento dessa situação, ressaltando que tem mantido diálogo informal e que a resposta era sempre a mesma, que a obra será concluída. O Vereador António Ventura anotou ter tido conhecimento de atrasos nos pagamentos a trabalhadores da obra e de determinadas empresas que se recusam a trabalhar com o empreiteiro em causa.-----

Retificação de escrituras de aquisição de fogos a custos controlados

Ent. 411 – Informação prestada pela Subunidade de Contratação Pública e Gestão Patrimonial dando conta da necessidade de se proceder à retificação das escrituras de aquisição de trinta e oito fogos sites em S. João de Deus, freguesia da Conceição, tendo em vista o averbamento da propriedade dos mesmos fogos a favor do Município. Para autorização do órgão executivo municipal conforme exigência do Cartório Notarial de Joana Pinheiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, autorizou a realização da escritura de retificação em causa.--**

A Presidente disse tratar-se de fazer menção às fichas de habitação e que a senhora Notária entendeu que o assunto deveria vir a reunião de Câmara.-----

O Vereador Artur Lima questionou a que ano se refere a situação. O Vereador Fernando Dias indicou que foi aprovado na Assembleia Municipal de 1999, e em reunião de Câmara em 2000. A Presidente destacou que na altura estava apenas em causa a construção dos fogos e que o processo já foi concluído, acrescentando que está apenas em causa o registo das fichas de habitação.-----

O Vereador Artur Lima passou a ler a informação, questionando a razão desta questão vir agora à reunião de Câmara passados dez anos. A Presidente disse que passaram dez anos desde a deliberação de avançar com estes fogos de custos controlados, dando conta que o processo teve andamento, que as casas foram construídas e compradas e que depois houve a necessidade de proceder ao registo das mesmas e, neste caso específico, fazer o averbamento da propriedade dos mesmos fogos a favor do Município, para introduzir a menção à entrega das fichas de habitação. O Vereador Artur Lima questionou o motivo da Notária ter levantado dúvidas. A Presidente respondeu que é porque a mesma entende que esta não é uma competência da Presidente, tendo por isso de vir a reunião de Câmara. O Vereador Artur Lima indagou qual a fundamentação, porque a mesma entende que esta autorização é competência da Câmara. O Vereador Artur Lima questionou se os fogos são da Câmara. A Presidente assentiu.-----

Fora da agenda

Isenção de Taxa

Ent. 2214 – Pedido de isenção de taxas, efetuado pela **Associação de Estudantes do Campus de Angra do Heroísmo**, referente à ocupação da Praça Velha, bem como à suspensão de trânsito, no âmbito da Semana Académica, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as taxas devidas na sua totalidade.**-----

O Vereador António Ventura recordou a deliberação tomada em relação à ocupação da Praça Velha. O Vereador Fernando Dias inquiriu o que implica a ocupação. O Vereador António Gomes deu indicação de ser para uma atividade da Semana Académica, bem como a suspensão do trânsito na Rua da Sé, para o dia 29 de abril, num domingo. A

Vereadora Teresa Valadão indicou que no mesmo dia haverá um espetáculo de dança na Praça Velha. A Presidente deu conta de essas atividades ocorrem em horários diferentes. O Vereador António Ventura concluiu tratar-se de ocupação humana. A Presidente assentiu, anotando tratar-se do desfile dos estudantes que culmina com a queima das fitas na Praça Velha.-----

O Vereador António Gomes deu conta que o desfile já aconteceu e que se trata apenas da queima das fitas, a 29 de abril.-----

Período da Intervenção do Público

Após introdução da Presidente, o senhor Francisco fez referência à ausência do Presidente da Junta de Freguesia Sé na reunião. Dirigiu cumprimentos aos presentes, em nome da Junta e da Assembleia de Freguesia, dando conta do agrado pelo facto de a reunião pública decorrer na freguesia da Sé. Saudou particularmente os alunos presentes, que disse serem uma lufada de ar fresco e, possivelmente, futuros autarcas. O mesmo senhor deu nota que o senhor Basílio Sousa, Presidente da Junta de Freguesia, lhe deixou algumas questões para colocar na reunião. Começou por referir que, ainda no tempo da anterior Presidente, a Junta e a Assembleia de Freguesia da Sé tinham manifestado vontade de colocar o brasão da junta de freguesia em pedra nas escadas de acesso à Rua Carreira dos Cavalos e na porta lateral da Igreja da Sé, acrescentando, ainda, que foi mantido diálogo nesse sentido com a Diocese, concretamente com o Padre Hélder Fonseca, que concordou com a iniciativa. Indicou que o senhor Basílio Sousa, em conversa com a anterior Presidente, pediu apoio material, nomeadamente pedra de calçada e pó de pedra, e que esta havia concordado na cedência do mesmo. Nesse sentido, reportou-se a um ofício da Junta de Freguesia, do dia 8 de novembro de 2011, que dizia respeito à colocação do brasão, passando a lê-lo. Concluiu que até hoje não houve resposta. Reportou-se de seguida a um ofício mais recente, datado de 26 de março de 2012, sobre o mesmo assunto, solicitando a disponibilização de vinte metros de pedra branca e preta e cinco metros de pó de pedra.-----

O senhor Francisco referiu de seguida outra questão que lhe foi transmitida pelo Presidente da Junta de Freguesia da Sé, sobre a venda de plantios no canto da Praça Velha, nomeadamente se os vendedores pagam alguma licença ou se têm alguma autorização especial.-----

Em relação ao brasão no adro da Sé, a Presidente apontou que o assunto esteve para ser agendado nesta reunião para deliberação, porém, não havia os vinte metros de pedra branca e preta em armazém. Pelo que concluiu esperar que na próxima reunião fosse possível submeter o mesmo a deliberação camarária, com os respetivos cabimentos.-----

Relativamente à venda de plantio, a Presidente remeteu a resposta para o dia seguinte, por forma a confirmar os pormenores desta ocupação. Recordou que a venda ambulante tem regras na zona classificada e que o plantio é exceção.-----

O senhor Francisco referiu-se também a uma questão relacionada com as placas identificativas e com as distâncias no Relvão e na Marina. O senhor Francisco anotou ainda o facto de não haver na Praça Velha sinalização que indique a localização da Delegação do Turismo.-----

Referiu, de seguida, que as ervas existentes nos beirais das casas, ao longo da Rua da Sé, deveriam ser retiradas na altura em que é colocada a iluminação para as festas ou para o Natal.-----

O mesmo autarca referiu-se de seguida aos problemas de acesso ao Mercado Duque de Bragança, tanto por parte dos vendedores como dos clientes, acrescentando que ambas as partes se queixam. Neste contexto afirmou que muitas pessoas deixaram de ir ao mercado para irem às grandes superfícies comerciais que possuem parques de estacionamento próprios.-----

O senhor Francisco apresentou o seu ponto de vista em relação à obra em curso nas calçadas, nomeadamente à Rua do Salinas. Apontou que a calçada começa em “espinha de peixe”, conforme chamam os calceteiros mas que na Rua do Salinas essa “espinha de peixe” começou ao contrário. Indicou não saber se anteriormente a calçada era colocada desta forma ou não.-----

O senhor Francisco apresentou de seguida uma questão relativa à adjudicação de obras com o critério do preço menor, defendendo que devia ser primeiro tido em conta o

historial da empresa. A propósito, referiu os muros do hospital novo, cuja construção disse que não durará um ano.-----

A Presidente, afirmou que em relação às placas identificativas, e às distâncias, que se tem vindo a trabalhar nesse processo na Culturangra, manifestando que não deverá levar muito tempo até que esteja concretizado. Relativamente à identificação na Praça Velha da localização da Delegação de Turismo, a Presidente apontou que já chamou a atenção para esta questão, que terá de ser acautelada.-----

No que concerne à limpeza das ervas nos beirais das casas, a Presidente disse que esta é uma responsabilidade dos proprietários. Colocou a hipótese de ser feito um alerta aos proprietários das casas, sabendo de antemão que tal implica custos.-----

Sobre o acesso ao Mercado Duque de Bragança, a Presidente ressaltou que a situação será corrigida com o novo mercado.-----

Em relação à Rua do Salinas, a Presidente deu conta que a “espinha” está exatamente igual ao que era. O Vereador António Gomes acrescentou que todas as ruas foram fotografadas, para que a atual intervenção mantenha as ruas nos moldes em que estavam.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de ter falado sobre este assunto com várias pessoas, afirmando que ninguém garante que a calçada foi colocada como estava originalmente. Ressaltou ainda, em relação às fotografias, não saber a data em que estas foram tiradas. Nesse sentido, reportou que várias pessoas idosas do concelho dizem que este não é o traçado antigo.-----

O Vereador António Gomes recordou que na última reunião com todos os Vereadores e os responsáveis técnicos da obra, tiveram informação que foi feito o levantamento fotográfico exaustivo antes da intervenção.-----

O Vereador Artur Lima anotou que não afirmou que o erro é da Câmara Municipal. O Vereador António Ventura pôs a hipótese que o erro venha do passado. Em relação à Direção Regional da Cultura, o Vereador Artur Lima apontou ter razões para desconfianças.-----

A Presidente afirmou que a probabilidade de estas ruas não estarem a ser calcetadas da forma que eram anteriormente é grande, porque esta não é a primeira obra de repavimentação da cidade. Nesse sentido, apontou a hipótese, de nessas intervenções, terem sido contempladas outras alternativas, uma vez que nessa altura não houve registo. Concluiu que agora estão a assegurar a manutenção do que havia.-----

O senhor Francisco referiu-se à altura dos lancis, que disse que numa cidade património nunca podem ultrapassar os doze centímetros, dando conta de existirem lancis com dezoito centímetros de altura. O Vereador António Gomes apontou que outras cidades terão bitolas diferentes.-----

A Presidente respondeu de seguida à última questão do senhor Francisco, sobre a adjudicação de obras às empresas que apresentem os valores mais baixos, esclarecendo que esta é uma obrigação decorrente da lei, sendo o critério para a adjudicação a proposta mais vantajosa a nível económico. O Vereador António Gomes anotou que a lógica das obras públicas é definida pela lei, que trata os candidatos de igual forma, de modo a apurar a melhor proposta. Depois de o senhor Francisco ter dado conta de ter trabalhado para os militares americanos, gerou-se alguma discussão em torno das diferenças das leis. Em relação ao tratamento dos candidatos de igual forma, o Vereador Artur Lima apontou que tudo depende da interpretação da lei, recordando ter denunciado ajustes diretos feitos sem o mínimo de justificação. O Vereador António Gomes diferenciou os concursos públicos a nível internacional dos ajustes diretos. O Vereador Artur Lima deu conta do exemplo da informatização do Sistema Regional de Saúde, concluindo que foram gastos seis milhões e ainda não há uma rede, por este ter sido adjudicado a uma empresa da Galiza que estava em falência técnica. Destacou que este é apenas um exemplo da importância de ser confirmado o historial das empresas e que o critério do mais barato nem sempre é o melhor. A Presidente apontou que concordam igualmente que o critério do mais barato não seja por vezes o melhor.-----

O Vereador Artur Lima deu conta que os Vereadores da oposição, no exercício das suas funções, estão sujeitos a terem que responder em tribunal por empresas que concorreram a serviços desta Câmara, como a empresa João de Freitas Cardoso, cujo

proprietário era o pai da anterior Presidente da Câmara, que fez queixa do próprio e do Vereador António Ventura por críticas efetuadas em reuniões de Câmara.-----

A Presidente reiterou a questão do critério, destacando que têm de cumprir a legislação.-

Um senhor, que não se identificou, questionou a razão dos balneários da marina estarem fechados. Deu conta que muita gente gostaria de os usar, para trocar de roupa depois de uma caminhada. O mesmo senhor apontou ainda que foi informado, pela mesma pessoa que se queixou em relação aos balneários, que nos bancos do Pátio da Alfândega existem pulgas, que supôs que tenham origem no facto de alguém ter urinado nesse local. O Vereador António Gomes indagou se a situação se passou recentemente, uma vez que não chegou essa informação à Câmara Municipal, para que sejam tomadas as medidas necessárias. O senhor respondeu afirmativamente.-----

O mesmo senhor, que não se identificou, referiu-se ao facto de haver uma pessoa que tem uma entrevista marcada com a Presidente sobre o estacionamento na Rua Direita, nomeadamente sobre um lugar reservado para a residencial que lá existe. Partindo do princípio de que tais lugares são intransmissíveis indagou a razão de ser o dono de um café da rua a parar nesse local. Anotou ainda que a placa está partida e ilegível. A Presidente afirmou que vai reunir dados sobre o assunto.-----

Ainda o mesmo senhor reportou-se a uma esplanada da freguesia, que numa caminhada com o Presidente da Junta e com a anterior Presidente da Câmara Municipal concluíram que está mal localizada e que, na altura, a então Presidente deu conta que a referida estrutura não estava legalizada e que trataria do assunto. Concluiu que a situação reportada aconteceu há cerca de dois ou três anos, continuando tudo na mesma. A Presidente questionou qual é a esplanada. O senhor deu conta de ser na Rua dos Canos Verdes e que pertence à "Bonina".-----

O mesmo senhor, que não se identificou, realçou de seguida outra situação, relativa aos moradores da Rua Direita, de São João e do Santo Espírito, dando conta de existirem vários problemas em residir no centro da cidade, nomeadamente falta de local para estacionar. Indagou se não será possível, a partir das dezoito horas e trinta minutos, reservar uma zona para os residentes. Destacou, ainda, o facto de se ter deparado com motociclos mal estacionados, que dificultam o estacionamento dos carros.-----

Sobre este assunto, o Vereador Artur Lima deu conta que na Rua Direita se deparou com papéis em algumas viaturas: um referente à Secretaria da Educação, outro da Direção Regional do Emprego e outro lugar onde se deparou com um papel que dizia “isenção do pagamento de selo”. Indicou ter tirado fotografias aos três carros, que disse não serem de moradores, mas de viaturas oficiais que ficam estacionadas na rua durante a noite. O mesmo senhor que mencionou o assunto acrescentou que há uma empresa que estaciona quatro carros na rua. A Presidente indicou que algumas empresas estão contempladas no regulamento e que podem pagar para ter o selo, como hotéis, residenciais e rent-a-cars. Acrescentou ainda que estão contemplados lugares para pessoas portadoras de deficiência. Ressalvou que podem ser adquiridos selos para estacionar em todas as zonas. Colocou ainda a hipótese de haver um carro de uma firma que esteja afeto a um morador de determinada zona. -----

A Presidente, em relação à questão dos balneários da Marina, informou que com os dias de bom tempo chegou informação à Câmara a solicitar que estes balneários sejam abertos. Nesse sentido, deu conta que no fim-de-semana foi aberto um balneário, anotando que irá confirmar a situação. No que diz respeito às pulgas no Pátio da Alfandega, a Presidente anotou que desconhecia essa situação, mas que serão dadas instruções aos serviços técnicos para que se desloquem ao local.-----

O Vereador Artur Lima recordou que foram pagos vinte mil euros por um carro para limpar as ruas.-----

Relativamente à questão de serem reservados lugares à noite, nas referidas ruas, a Presidente destacou que esta é uma situação complicada, considerando que essa reserva vai afastar quem vem usufruir da cidade. Manifestou que compreende a necessidade dos moradores de parar à porta de casa, por isso existe o selo de residente. Um senhor, que não se identificou, referiu que em Lisboa se encontram ruas com zonas de estacionamento reservadas a moradores. A Presidente retorquiu não conhecer essas zonas, reiterando a questão de equilíbrio que se coloca entre residentes e visitantes e o espaço de estacionamento. Nesse sentido, a Presidente inquiriu o senhor se sente que esta situação de falta de estacionamento se agravou com as obras das calçadas. O senhor respondeu que já antes se verificava.-----

A senhora Inácia, que disse ser membro da Assembleia de Freguesia há dois mandatos, deu conta de ter uma questão relativa ao trânsito do Alto das Covas. Recordou que noutras reuniões semelhantes, com a presença da Câmara Municipal, tem falado sempre neste assunto, nomeadamente em relação aos alunos e às passadeiras. Relembrou que, desde que tem memória, sempre houve um polícia sinaleiro no Alto das Covas e que com o reajustamento desta comissão o polícia desapareceu. Indicou ser docente da Escola do Alto das Covas, que disse ter cerca de trezentos e sessenta alunos, que apontou terem de atravessar primeiro a passadeira em frente à Cervejaria Angrense e depois a que fica em frente à "Bonina". Concluiu que o acesso de peões à escola está em muito mau estado, nomeadamente ao nível de passadeiras, indagando sobre possíveis soluções alternativas para sair com os alunos da escola, por exemplo para uma visita ao Monte Brasil, o que disse constituir de momento um perigo para todos.-----

O Vereador António Ventura considerou que com esta questão se coloca o debate centrado no facto de Angra ser tendencialmente um centro para pessoas ou para viaturas. Manifestou ainda que o estudo do trânsito deve dar indicações nesse sentido, concluindo que tem de haver uma decisão política sobre este assunto.-----

A Presidente apontou concordar com o Vereador António Ventura, ressalvando que a passadeira em frente à escola do Alto das Covas foi retirada quando adotaram a opção por várias faixas de rodagem, para que esta não as atravessasse por uma questão de segurança. Apontou que esta situação não é consensual. Acrescentou que a Comissão Municipal de Trânsito é um órgão consultivo que inclui várias entidades ligadas ao trânsito. A senhora Inácia indicou que estes se concentram mais nos carros do que nas pessoas. A Presidente retorquiu que é feita uma abordagem às várias partes e situações, por forma a garantir a segurança.-----

O Vereador Artur Lima destacou o problema da prioridade entre quem vem da Rua do Rego e quer descer para São Pedro ou para o Fanal e quem sobe a Rua da Sé, confusão que disse suscitar toques e acidentes nesse cruzamento das vias. Recordou que quem concordou com esta situação foi a anterior Câmara Municipal, concluindo que esta solução só veio complicar o trânsito.-----

O Vereador António Gomes referiu a existência de um traço contínuo entre as vias, destacando ainda o facto de a faixa da direita, quem desce para o Fanal ou para São Pedro, estar constantemente ocupada com carros, impedindo a circulação normal. Considerou que de momento é muito complicado fazer uma ponte entre a escola e o outro lado da estrada por atravessar quatro faixas de rodagem.-----

A senhora Inácia indagou se alguma vez pensaram em retirar o estacionamento em frente ao edifício da Câmara Municipal. O Vereador Artur Lima manifestou ser da mesma opinião. A Presidente deu conta de ser da opinião de manter o estacionamento devido ao movimento diário, supondo que a retirada desse estacionamento iria causar ainda mais transtorno no estacionamento.-----

A mesma senhora recordou que antes da Casa da Roda ter sido vendida a Junta de Freguesia da Sé fez uma proposta de cedência do imóvel, ainda no mandato da anterior Presidente por um ano ou dois, onde podiam instalar o convívio dos idosos, jovens e crianças da Sé, por forma a manterem o espaço ocupado, tendo em conta o atual estado de abandono em que o mesmo se encontra.-----

A Presidente explicou que a Casa da Roda não foi vendida e que, de momento, está a ser concluído um procedimento para exploração do espaço na área da restauração.-----

O Vereador Artur Lima afirmou que a Casa da Roda está no atual estado por culpa da Câmara Municipal e do anterior executivo, quando o antigo arrendatário do espaço se atrasou no pagamento da renda, sublinhando que a lei só se aplica a alguns e foi por isso que o mesmo teve que abandonar o local. Realçou que esse arrendatário, que explorava este espaço, pagou todos os meses que tinha em atraso à Câmara Municipal e queria continuar a explorar o espaço, não tendo o anterior executivo permitido essa situação, pondo a Casa da Roda à venda. Considerou que se voltou ao início, dando conta de querer saber quem vai explorar a Casa da Roda. Apontou que havia três compradores e que não sabia da proposta da Junta de Freguesia da Sé.-----

A Presidente assentiu que foi aberto um concurso que acabou por não ter propostas. Deu conta de várias pessoas já terem manifestado junto da própria interesse em explorar este espaço da Casa da Roda e a solicitarem informação sobre a data de

abertura do concurso, pondo a hipótese de depois na prática a situação não corresponder a esta expectativa, tendo em conta a conjuntura económica atual.-----

O Vereador António Ventura indagou se a Junta de Freguesia da Sé continua interessada em ocupar o espaço. A senhora Inácia manifestou que a ideia era ocupar e utilizar o espaço de uma forma dinâmica e intergeracional, para que não estivesse fechado.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....